



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0002941-44.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **ZILDA DA SILVA COSTA DOS SANTOS**
Requerido: **Vivo S.A.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que era titular de linha telefônica junto à ré na modalidade pré-paga e que foi surpreendida ao saber que ela comercializou tal linha com terceira pessoa.

Almeja ao restabelecimento da mesma e ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

Já a ré em contestação admitiu os fatos articulados pela autora, ressaltando que a linha foi cancelada em virtude da ausência de compra e inserção de créditos.

Em consequência, estaria autorizada a levá-la novamente ao mercado de consumo com vistas à sua utilização por terceiros.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Os fundamentos expendidos pela ré foram respaldados pelos documentos de fls. 37/38, ao passo que a autora em réplica não os refutou ou comprovou que depois de março de 2017 (fl. 29, primeiro parágrafo) inseriu créditos em sua linha pré-paga.

Assentadas essas premissas, a questão central do processo consiste em saber se a ré poderia comercializar a linha de que a autora era titular depois de meses sem que fosse efetivada qualquer recarga nela.

A resposta a isso deve ser positiva, porquanto é de conhecimento público que planos de telefonia pré-pagos estão vinculados a recargas periódicas, sob pena de cancelamento.

Por outras palavras, aquele que é detentor de linha nessas condições deve de forma permanente proceder a recargas, pois do contrário a operadora poderá dar o vínculo por encerrado e, na sequência, transferi-la a outra pessoa.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo manifestou-ser reiteradamente nessa direção:

*“OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. Prestação de serviços de telefonia. Alegação da autora de que a ré suspendeu, indevidamente, o serviço de telefonia, desrespeitando o contrato na modalidade pré-pago firmado entre as partes. Autora, entretanto, que não efetuou recargas em sua linha celular, ocasionando a suspensão dos serviços e, posteriormente, o cancelamento da linha. Exercício regular do direito. Inteligência do art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil. Sentença mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 1009170-68.2016.8.26.0664, rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j. 24.05.17).*

*“OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TELEFONIA - DANO MORAL - Telefonia móvel - A autora não demonstrou ter efetuado recargas em sua linha celular - Desligamento da linha - Exercício regular de direito - Inteligência do art. 333, inc. I do CPC Improcedência mantida - Recurso desprovido.” (Apelação nº 000211004.2013.8.26.0038, rel Des. **CLÁUDIO HAMILTON**, j. 09.04.15).*

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TELEFONIA. PLANO PRÉ- PAGO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO. AFIRMAÇÃO DE INJUSTO DESLIGAMENTO. HIPÓTESE DE AUSÊNCIA DE RECARGA, A JUSTIFICAR O PREVALECIMENTO DA MEDIDA. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. A constatação da falta de inserção de créditos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

autoriza reconhecer a regularidade da iniciativa de suspensão dos serviços de telefonia, constituindo exercício regular de direito. A licitude presente exclui a possibilidade de determinar o restabelecimento dos serviços, afastando, inclusive, a responsabilidade por perdas e danos." (Apelação nº 0005402-15.2012.8.26.0011, rel. Des. **ANTÔNIO RIGOLIN**, j. 19.8.2014).

"PRESTAÇÃO DE SERVIÇO – TELEFONIA MÓVEL PLANO PRÉ-PAGO NECESSIDADE DE RECARGA - CANCELAMENTO DA LINHA E TRANSFERÊNCIA POR FALTA DE CRÉDITO - ADMISSIBILIDADE - DANO MORAL NÃO CONFIGURADO RECURSO IMPROVIDO." (Apelação nº 1002127-85.2017.8.26.0360, 22ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **MATHEUS FONTES**, j. 15/06/2018).

Essas orientações aplicam-se com justeza à espécie vertente, permitindo concluir que a ré obrou no exercício regular de um direito quando comercializou a linha telefônica que era de titularidade da autora após esta não ter efetuado recargas por vários meses.

Descabe cogitar nesse contexto do restabelecimento da linha em nome da autora, a exemplo da imposição de ressarcimento por danos morais à míngua de ato ilícito que lhe desse ensejo.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 26 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**